



As imagens da emigração rural

INTRODUÇÃO

"São Paulo é uma ilusão. Antes São Paulo ficava no fim do mundo, hoje está no caminho da roça. O sujeito vai, se não der certo, se não obtiver emprego, ele volta logo."

Frases como essas, que escutei dos moradores de uma área rural da Bahia - a Bacia do Paraguaçu - que desde 1940 vêm migrando intensamente para o Sudeste do país, me intrigaram como talvez intriguem o leitor. Será que, a partir de enunciados como esses, poderemos reconstituir as imagens da emigração dos indivíduos e grupos sociais? Se as migrações são acionadas por indivíduos criadores e criativos (Alves de Souza, 1985), não seria uma empresa arriscada tentar delimitar as imagens de mundo construídas pelos trabalhadores migrantes?

Os movimentos migratórios que serão discutidos aqui envolvem meeiros, agregados e pequenos proprietários, e podem ser divididos em duas fases: a) os deslocamentos campo-campo no interior da Bahia até a segunda metade dos anos 30, e b) os deslocamentos campo-cidade que começaram no final desta década e iriam se diversificar cada vez mais com o tempo. Estas fases da emigração rural (Sayad, 1977) correspondem aos relatos escutados, mas não devem ser tomadas de forma rígida, porquanto admitem nuances como movimentos simultâneos dos grupos para áreas rurais e urbanas, ou mesmo trocas de direção como acontece nas contracorrentes migratórias ou migrações de retorno.

O que vou apresentar neste texto exploratório são as reações dos agricultores face aos deslocamentos que vêm realizando, com o objetivo de recuperar as suas imagens de mundo ou esquemas que permitem ordenar a experiência individual e coletiva. Tais esquemas têm um caráter necessariamente aberto, à medida que estão sempre integrando novos elementos, assim como expressam um esforço de reelaboração ou readaptação do significado das experiências passadas. Ao apontar para a importância dessas imagens ou esquemas ordenadores da emigração, não se deve perder de vista que elas constituem parte integrante das imagens que os agricultores têm de si mesmos e do trabalho que realizam.

DE ROCA EM ROCA OU O RECURSO ESTÁ AQUI

Vou começar com um esboço da sociedade agrária da Bacia do Paraguaçu e dos padrões de deslocamentos rurais que antecederam o momento em que as rotas migratórias para o Sudeste "viraram caminho de formiga, com caminhão que descia e vinha de volta" com mais gente, como informou um agricultor que foi para São Paulo no fim dos anos 50. Nas



quatro primeiras décadas deste século, muitos lavradores não possuíam terra ou possuíam numa escala muito pequena, para poderem assegurar a sobrevivência e a reprodução dos membros das famílias. Por isso mesmo, estes agricultores se viam obrigados a trabalhar na terra de outros, como meeiros e arrendatários, ou como agregados de parentes em parcelas cedidas por estes.

Os lavradores deslocavam-se continuamente em busca de terras (Henfrey, 1987) para fazerem roças de feijão, milho e mandioca, cuja duração variava de acordo com as estratégias de valorização dos proprietários e as expectativas de obtenção de rendimentos e vantagens por parte dos agricultores. Os contratos de ameia ou arrendamento eram feitos e refeitos entre as partes, sem que os lavradores permanecessem muito tempo numa mesma área e num mesmo lugar, o que introduzia um princípio de fragmentação dos grupos domésticos.

Num desses contratos de ameia, um lavrador chamado Seu B. estabeleceu uma relação tripartite com um pequeno comerciante e o administrador de um grande domínio da Mata de Andaraí. Pelo contrato, Seu B. recebia adiantamentos do comerciante para plantar uma roça de ameia com este, ao tempo em que aceitava trabalhar no desmate e beneficiamento de uma área do domínio, a troco de uma promessa de compra de uma parcela, quando a terra já estivesse beneficiada ou transformada numa "fazendinha".

As dificuldades colocadas pelo desmatamento, assim como a mudança de planos do comerciante que financiava a abertura da roça, levaram Seu B. a transferir a roça para outro meeiro, mediante a venda, e se deslocar para um município vizinho (Ibiquera), onde, neste mesmo período, os fazendeiros estavam dando áreas de roças para terem suas terras beneficiadas.

Em Ibiquera, Seu B. trabalhou cinco anos numa fazenda como rendeiro, até o dono "não querer mais ninguém e desapropriar tudo para depois fazer pasto". Assim, quando chegou a ocasião da expulsão, o administrador que tomava conta da propriedade, uma pessoa tida como ruim pelos agricultores, "já foi desapropriando todo mundo, tomando roça de um e roça de outro". Com a roça que Seu B. arrendava, o administrador quis fazer a mesma coisa, mas encontrou resistência do nosso informante, o qual alegou que estava com o pagamento atualizado e não podia sair enquanto não completasse o prazo de término do contrato. A intenção do rendeiro era ganhar tempo para colher a produção e preparar a saída. No entanto, a continuação das pressões sobre o rendeiro acabaram obrigando-o a abandonar a roça antes do tempo que precisava, mudando novamente para outro município da Bahia.

Seu B. foi trabalhar de ameia com uma série de proprietários, plantando roças com uma duração que variava de dois a cinco anos cada uma, o que reproduzia o padrão de instabilidade vivido por ele e sua família, de acordo com o qual os momentos de sedentarização eram seguidos pela mobilidade do grupo à procura de terra para trabalhar. Num terceiro contrato de ameia, Seu B. trabalhou outros cinco anos como meeiro de um médio proprietário - que, como outras pessoas desse estrato social, é mais presente ou toma mais parte das explorações agropecuárias que os grandes proprietários absenteístas da área. Com este proprietário também Seu B. teve problemas e a relação não deu certo, porque, passados vários anos que o informante plantava esta roça, o dono da terra mandou outro meeiro cortar as bananas que Seu B. plantara.

Tal atitude do dono configurava uma séria infração do contrato de ameia, porque desrespeitava os direitos do meeiro de: 1) só permitir a entrada de terceiros na roça com a sua autorização; 2) poder dispor com exclusividade de produtos como bananas - ou pequenos animais de criação - que não estão incluídos no contrato de divisão dos produtos principais da roça de ameia. O informante, sentindo-se afrontado nestes direitos, abandona mais uma vez a roça de ameia, para trabalhar de arrendado com outros fazendeiros

NA PÁGINA ANTERIOR,
RETIRANTES, DE RENINA
KATZ; AO LADO,
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS TRABALHADORES
AGRICOLAS, DE
VIRGINIA ARTIGAS

EDUARDO MACHADO
é professor e pesquisador da UFBA-CRH e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp.



(que tampouco tinham interesse no prolongamento dos contratos e na fixação dos agricultores durante longos períodos), até partir para o interior de São Paulo no início dos anos 60.

A avaliação desses e de outros contratos de ameia mostra situações recorrentes nas quais os direitos dos meeiros são "pisados", desconsiderados, ou estão subordinados à noção que os proprietários têm dos seus próprios interesses. Embora os meeiros resistissem a certas atitudes tomadas pelos proprietários - que configuram infrações aos direitos dos primeiros e expressam o poder discricionário de quem detém a propriedade da terra -, o máximo de resistência que os agricultores podiam opor não lograva modificar as regras de funcionamento do sistema. Em consequência disso, os conflitos verificados se resolviam pela mudança de roça, o meeiro saindo de uma propriedade para procurar uma nova área em outra fazenda. Às vezes, o meeiro se antecipava em relação ao momento da saída, e conseguia vender os seus direitos sobre os plantios a outros meeiros, o que permitia obter alguns recursos para reiniciar a atividade de ameia numa nova roça. Havia também uma margem de negociação com o dono da terra, no sentido do meeiro obter um adiamento para a saída da propriedade, permitindo ao agricultor aguardar o momento da colheita dos produtos e diminuir o prejuízo acarretado pela saída de uma roça, na qual já tinha se materializado o trabalho do meeiro e sua família.

Por outra parte, apesar de pessoas como Seu B. e outros meeiros salientarem as tensões produzidas nesse relacionamento da ameia, podem ser encontrados lavradores que evitam criticá-lo, censurando comentários negativos sobre o sistema praticado na região. Nesses casos, a visível dependência do meeiro quanto à obtenção temporária de terra para fazer roça faz com que ele não queira aparecer, mesmo tendo suas razões, como uma pessoa que "ficou mal" ou criou problemas para um proprietário, porquanto a divulgação disso entre os fazendeiros dificultaria a reinserção do meeiro em outras propriedades. O sentido desta dependência quase que extrema do meeiro se manifesta na própria maneira deste se referir ao relacionamento com o proprietário - é este quem dá ou deixa de dar roça para o meeiro, a este cabendo se situar como recebedor de uma concessão, que pode ser retirada em qualquer momento, desde que não seja mais do agrado ou do interesse do dono do terreno. Estes são os parâmetros do sistema de dominação rural, e é no seu interior que os meeiros vêm desenvolvendo atitudes que variam entre a resistência e a cumplicidade: seja se chocando contra os limites traçados pela relação hierarquizada de dependência, seja procurando se acomodar a esta relação, através da interiorização

de um senso dos seus limites como classe, que é característico de grupos que não têm muitas possibilidades de seguirem uma trajetória ascendente.

INCERTEZA ECONÔMICA E MOBILIDADE DOS AGRICULTORES

As secas periódicas e a má distribuição das chuvas também contribuem para aumentar a mobilidade dos lavradores entre as distintas subáreas da Bacia do Paraguaçu. A seca interrompe os ciclos agrícolas, expõe a precariedade da sobrevivência, liquida patrimônios familiares e faz com que muitos agricultores experimentem trajetórias descendentes.

Como é amplamente conhecido, a seca duplica os efeitos de uma estrutura agrária concentrada, atingindo diferenciadamente as categorias sociais, conforme o patrimônio e o nível de capitalização de cada uma. Enquanto, por exemplo, a categoria dos proprietários de gado pode neutralizar os efeitos da seca, transportando as cabeças para áreas onde estejam a salvo, ou então vendê-las para obter liquidez, aqueles que não possuem nenhum patrimônio são obrigados a deixarem o pouco que têm e saírem à procura de qualquer tipo de serviço. Temida por todos que vivem da agricultura, a seca é igualmente uma oportunidade de acumulação fundiária para alguns, e um momento de desacumulação para outros.

Seu L. G., um meeiro de 72 anos que ainda hoje trabalha numa pequena roça - que "livra de comprar algumas coisas" com o magro salário de aposentado rural -, conta que vem de uma família que tinha muita terra, mas perdeu tudo o que tinha crise agrícola de 1932. O pai dele, que já tinha na passado por outras secas, foi obrigado a vender a terra e trabalhar como agregado com os parentes. A crise foi tão grave que as autoridades intervieram auxiliando "o pessoal que passava na estrada, dando dinheiro para irem para o Sul sul que na época significava apenas as regiões do estado situadas ao sul da Bacia. Novas crises aconteceriam em 1939 e nos decênios seguintes, com consequências que reproduziam ou intensificavam o fluxo de pessoal dentro da Bacia e das áreas rurais do estado.

Depois que a família perdeu a terra, Seu L.G. disse que "ficou no meio do mundo, se batendo", como os homens sem terra que mudam de um canto para outro. Ele ficou tentando a vida nas roças do município onde nasceu (Rui Barbosa), até se mudar, em 1940, para um município vizinho (Ibiquera) onde os fazendeiros davam roças para agricultores sem terra plantarem de ameia ou arrendado. Em Ibiquera, o informante permaneceria durante onze anos, para posteriormente sair

e integrar uma corrente migratória de agricultores que se dirigiam para um novo e último bolsão de terra fértil na Mata de Andaraí, cuja ocupação tinha se intensificado no início da década de 50.

Várias mudanças residenciais como estas de Seu L.G. - que se processaram no interior da vasta região da Bacia - não parecem constituir rupturas sérias na vida de pessoas como ele que, ao ser indagado sobre os lugares que conhece fora do seu atual lugar de residência na Mata de Andaraí, respondeu que "quase não saiu para canto nenhum". A grande ruptura na sua vida tinha se dado com a perda do terreno da família, quando ele era um rapaz novo, fazendo-o ingressar na categoria do "povo sofredor", dos meeiros que com o seu trabalho "sustentam duas famílias" - a do meeiro e a do proprietário. A partir dessa mudança de condição social, ele teve que trabalhar mesmo em cima da terra dos outros, compartilhando o destino daqueles cuja "liberdade acabou", ou "estão pela liberdade dos outros", e, portanto, "não podem dar o braço a torcer, nem errar", pois de nada dispõem.

Essas evidências mostram que a mobilidade dos agricultores é um componente estrutural do sistema de criação de gado e policultura que foi a base da ocupação histórica da Bacia do Paraguaçu (Wilkinson, 1985). Diferente da *plantation* açucareira que imobilizava os moradores - para os quais a geografia era mínima (Almeida, apud Garcia Jr., 1989) -, o sistema da Bacia gerou um grande contingente de agricultores destituídos, que

se deslocavam continuamente em busca de terras para fazerem roças. A ocupação destas pessoas dependia fundamentalmente dos mecanismos de valorização dos empreendimentos pecuários, mecanismos estes que podiam implicar a expansão das oportunidades de emprego - no momento de formação das fazendas -, ou na contração da ocupação, quando os fazendeiros que tiveram as suas terras beneficiadas perdiam o interesse em reter os trabalhadores.

Outrossim, a má distribuição das chuvas e a menor fertilidade média destas terras são fatores complicadores adicionais na vida dos agricultores. Embora a menor fertilidade média das terras e o menor valor comercial do gado tenham permitido um nível mais alto de produção agrícola (Wilkinson, op. cit.), e viabilizado portanto a permanência dos pequenos produtores na região, essa baixa fertilidade compromete o desenvolvimento das roças e impede que os agricultores melhorem as suas condições de vida e de produção. A agricultura praticada nestas condições tem um caráter deficitário, à medida que a produção não assegura a satisfação do consumo socialmente necessário, nem dá meios aos agricultores para resistirem aos embates com as secas.

Neste contexto, os deslocamentos campo-campo foram uma resposta historicamente mediada às pressões que abalavam a sobrevivência das famílias. Estas recorrem aos deslocamentos para poderem neutralizar ou superar as incertezas econômicas e sociopolíticas que pesavam sobre os

CAMPONESES, DE
RENINA KATZ



destituídos da Bacia, bem como dar continuidade a padrões de sociabilidade com os quais estavam acostumados. Assim, tal como pode ser apreendida na história dos indivíduos, a motivação principal das migrações rurais era dada pela tentativa de ajustar a estrutura dos recursos às necessidades sociais dos agricultores, que incluem a aspiração de ter uma terra e poder viver com os recursos extraídos dela.

NOVOS CAMINHOS SE ABREM

Os primeiros deslocamentos para o Sudeste do país ocorreram no final da década de 30, mas há mais informações sobre os movimentos migratórios verificados nos anos 50 e início dos 60, quando se deram processos simultâneos de ocupação de novos bolsões de terra fértil na Bacia (determinando movimentos campo-campo) e de saídas de agricultores da região para os estados de São Paulo e Paraná em busca de novas oportunidades nos mercados de trabalho emergentes.

As saídas para São Paulo e Paraná nestes anos coincidiram, portanto, com um momento em que a abertura de um mercado de terras e de trabalho no bolsão fértil da Mata de Andaraí atraía gente de toda a Bacia do Paraguaçu. Com isso, a Mata se converteu mais numa área de chegada de agricultores, que convergiam de muitos pontos para ali, do que numa área de saídas ou de emigração, o que se refletiu nas altas taxas de crescimento da população rural e na multiplicação dos pequenos estabelecimentos (menores do que 50 ha), entre as décadas de 50 e 60.

Os pequenos estabelecimentos deram um significativo salto de crescimento, embora não conseguissem acompanhar, nem de longe, o incremento das grandes e médias propriedades que avançavam na Mata, concorrendo pela apropriação das terras desmembradas dos domínios das três grandes sesmarias que controlavam essa área.

Em contraste com o modelo de fragmentação das terras dos engenhos de açúcar do Nordeste, que haviam conhecido uma intensa atividade agrícola no passado e depois caíram em decadência (Palmeira, 1976), as terras da Mata de Andaraí, que foram retalhadas e vendidas a novos proprietários, tinham permanecido praticamente inexploradas, se não considerarmos a extração de madeiras e algumas atividades esparsas que combinavam a criação extensiva de gado com pequenas roças de ameia. Nesse sentido, a fragmentação dos domínios das sesmarias da Mata precede e acompanha o movimento de valorização das terras, e não o inverso como sucedeu nos engenhos nordestinos.

Ao lado da formação de um mercado de terras que rapidamente se valorizam, temos um cres-

cimento da área plantada com lavouras de mamona, feijão e milho, que responde ao crescimento da demanda de produtos agrícolas que se verificou em todo o Nordeste nos anos 50.

No entanto, este impulso da agricultura comercial teve diferentes efeitos nas áreas agrícolas do Nordeste, conforme os fatores específicos que conformaram a estrutura agrária de cada área, fazendo com que os impulsos comerciais fossem interiorizados de diferentes maneiras pelas categorias sociais. Os médios e grandes proprietários, que historicamente se apoiaram na combinação gado/policultura, aproveitaram o impulso comercial para fomentarem a produção agrícola, com base no trabalho de meeiros e arrendatários. Além desses proprietários receberem rendimentos crescentes, que derivavam da renda da terra e do sobretabalho materializado na divisão da produção pela metade, eles se beneficiavam com os trabalhos de desmate, destoca e limpa que os meeiros necessitavam empreender para fazerem as suas roças, e preparavam o terreno para o plantio de pastagens.

A expansão agrícola também possibilitou a constituição de uma camada de pequenos proprietários de terra, cujas origens estão na migração de pequenos proprietários de outras partes da Bacia, que venderam suas pequenas parcelas de terras cansadas para poderem comprar novos lotes numa área agrícola que se apresentava como promissora. A abertura das novas terras na Mata de Andaraí criou também oportunidades para que um pequeno contingente de meeiros lograsse, entre os muitos que afluíram, adquirir um pedaço de terra, através de diversas formas, como: 1) extração e venda das madeiras existentes nos lotes de ameia concedidos; 2) elevação dos rendimentos por conta de boas safras agrícolas, que permitiam aumentar a parte retida pelo meeiro e comprar uma arezinha de terra; 3) facilidades de pagamento dadas por proprietários que loteavam terras, como o parcelamento dos débitos; 4) contraprestações de favores e serviços prestados aos proprietários.

Contudo, permeando todas essas possibilidades de uma trajetória ascendente, estava a disposição dos meeiros para a autoexploração de si mesmos e das suas famílias, por meio de um árduo esforço realizado na abertura de uma área tida como inóspita, pelos riscos de malária e falta de qualquer infra-estrutura de apoio à produção agrícola. Nestas condições, assumir os enormes custos colocados pela incorporação das novas terras significava participar de um jogo onde o lavrador, como diz um ex-meeiro, pode tirar algumas vantagens, mas freqüentemente se comporta como um mau perdedor, como alguém “que perde e volta a jogar novamente”.

É nesta situação, em que a ameia pode ser utilizada por um grupo de meeiros, para realizarem uma trajetória ascendente (que os leva a se tornarem pequenos proprietários), sem chegar contudo a ser um recurso extensivo para todos os agricultores sem terra que se deslocavam no interior da Bacia do Paraguaçu, que muitos parceiros vão se encaminhar para os mercados de trabalho distantes. Até esse momento, o relativo isolamento da Bacia com respeito aos mercados nacionais fez com que os deslocamentos dos agricultores ficassem grosso modo restritos aos limites dessa extensa região rural. Os agricultores sem outras alternativas que a permanência na Bacia procuravam "arranjar recurso" na região, segundo um padrão costumeiro que valorizava o esforço de incorporação de novas superfícies agrícolas, como uma estratégia de defesa em relação ao fechamento das roças e esgotamento da fertilidade natural das terras já trabalhadas.

Esta fase clássica da emigração rural foi seguida por uma nova fase caracterizada pela formação de um mercado de trabalho no Sudeste do país, que funcionou como um importante atrativo para os agricultores abandonarem a Bacia em busca de novas oportunidades. As condições e os efeitos destes fluxos vão variar de acordo com as condições sociais de origem dos que partem e as condições prevalentes nos mercados de trabalho distantes, tendo influência sobre a situação dos que permanecem (Sayad, *op. cit.* e Garcia Jr., *op. cit.*).

OS INTERMEDIÁRIOS DA EMIGRAÇÃO

Para os agricultores não foi simples a passagem de um tipo de deslocamento - interno à Bacia do Paraguaçu - para deslocamentos inter-regionais que envolviam custosos investimentos, como as partidas para São Paulo e Paraná. Uma retrospectiva das condições em que os agricultores saíam para o Sudeste ajuda a precisar a natureza dos investimentos materiais e psicológicos que os indivíduos deviam realizar para atingirem os mercados de trabalho distantes (Garcia Jr., 1988).

Inicialmente, no que se refere à organização e meios utilizados pelos migrantes para chegarem ao Sudeste, temos que os mapas dos itinerários são pouco precisos: os indivíduos se deslocavam de acordo com "o que ouviram dizer" de uma determinada área. Os precários meios de transporte exigiam um alto grau de resistência física e psicológica das pessoas, pois incluíam longas caminhadas a pé e em lombo de burro, até alcançar os ramais ferroviários que interligavam a Bahia ao norte de Minas, onde os migrantes encontravam transporte mais fácil para seguirem adiante. Muitos homens e famílias inteiras se aco-

tovelavam nos vagões ferroviários e caminhões, em condições duras e penosas que favoreciam as agressões mútuas e a propagação de doenças contagiosas.

A continuação dos deslocamentos nos anos seguintes, contudo, levaria à uma maior organização do fluxo de pessoal, através do fortalecimento do papel dos caminhoneiros ou carregadores (paus-de-arara) tanto no transporte como no agenciamento de mão-de-obra nas áreas rurais da Bacia, durante os anos 50 e início da década de 60.

O carregador podia vir de fora ou ser da própria região. No primeiro caso, estava um pernambucano que tinha dois caminhões e foi muito atuante no transporte de migrantes para o interior de São Paulo. Entre os caminhoneiros que eram oriundos da Bacia, havia um pequeno comerciante da cidade de Seabra, que aproveitou a migração para diversificar os seus negócios, e iria comprar mais adiante uma pequena frota de ônibus para este tipo de transporte.

O caminhoneiro era a pessoa que conhecia melhor as estradas e rotas migratórias, estando ligado a uma rede de comunicação na região de origem, que informava quando e em que pontos das estradas ele ia passar para recolher os agricultores e levá-los para São Paulo. Quanto às ligações com os empregadores dos migrantes, há referências sobre carregadores que trabalhavam diretamente para as fazendas interessadas na utilização da mão-de-obra abundante e barata dos agricultores. No entanto, muitos donos de caminhão não tinham vínculos diretos com esses empregadores, trabalhando como pequenos empreendedores autônomos que farejavam oportunidades no transporte de migrantes, e por isso se empenhavam em conduzi-los para os lugares onde era maior a demanda de força de trabalho.

Mas a ação destes agentes intermediários da emigração não se limitava às funções de transporte e mapeamento das rotas migratórias. O caminhoneiro também fazia adiantamentos - seja dando um prazo para o pagamento da passagem, seja fornecendo alimentos para o consumo dos passageiros -, financiando os custos de deslocamentos de contingentes pauperizados, que não tinham como pagar esses gastos. Assim, até que os carregadores fossem substituídos pelas modernas empresas de ônibus interestaduais - que exigiam o pagamento antecipado do valor da passagem -, os donos de caminhão atuaram como agentes que abriam um crédito aos migrantes, para estes pagarem depois que chegassem e começassem a trabalhar.

Seu B.P., um ex-meeiro que viajou para o interior de São Paulo em 1959, com um carregador de Pernambuco que fazia o transporte na

Bacia, especifica a forma de operação deste crédito de viagem:

"P. - Como é que vocês faziam? Como pagavam os carregadores?"

B.P. - Pagava depois que chegava lá, porque aqui não tinha dinheiro para pagar.

P. - E ele esperava?

B.P. - Esperava lá até ganhar. Levava aquele carro de gente, lá ficavam trabalhando. Ele vinha buscar outro, quando chegava aqui, lá ele recebia o de lá, levava outro (e) deixava fiado. Uns pagavam, outros não pagavam e ele deixava fiado.

P. - E ele tinha o nome de vocês anotado?

B.P. - Tinha o nome de todo mundo. Botava o nome de todo mundo na nota."

Em linhas gerais, o sistema de carregadores de mão-de-obra foi solidário de determinadas condições (internas e externas) que prevaleceram numa fase da emigração rural para o Sudeste. O carregador atuou num contexto onde inexistiam, salvo alguns ramais ferroviários, outros sistemas de transporte, e muitos migrantes não possuíam dinheiro para pagar os custos dos deslocamentos. Outrossim, o carregador foi sobretudo um intermediário da emigração, em circunstâncias que esta dava os primeiros passos e as primeiras gerações de migrantes não estavam familiarizadas com as saídas para São Paulo. Ao carregador, enquanto um dos agentes organizadores dos fluxos, coube o papel de interligar áreas fisicamente afastadas e mundos socioculturais diferenciados, viabilizando concretamente o transporte de pessoas e contribuindo para a inserção dos migrantes nesses novos mercados de trabalho.

TRABALHAR PARA TER VALOR

A trajetória social de Seu M., um meciro que saiu para trabalhar em São Paulo em 1961 e retornou anos depois como pequeno proprietário de terra, permite entender melhor as influências das viagens para o Sudeste do Brasil sobre a dinâmica de transformações do sistema social da ameia.

Seu M. partiu num momento em que as saídas para São Paulo ainda constituíam um fato novo no cotidiano da população, um fato capaz de centralizar as atenções dos parentes e vizinhos e que era portanto vivido com uma grande intensidade psicológica. Embora muitas pessoas já tivessem partido e retornado depois para visitar os parentes ou de forma definitiva, os retornos de São Paulo ou Paraná continuavam sendo cercados por um clima coletivo de interesse ou admiração pelo evento.

Quando uma pessoa voltava do Sul, todos os



RETIRANTES, ÓLEO SOBRE TELA DE 1945, DE CÂNDIDO PORTINARI (1903-82)

vizinhos acorriam, visitando ou festejando o recém-chegado, que atuava como um mensageiro, alguém que portava encomendas e trazia recados dos parentes que estavam fora, e vulgarizava ou socializava os mais diversos tipos de informações sobre a vida e o trabalho nos lugares do Sul. Esses migrantes retornados - como o compadre de Seu M. que o encorajou a ir para o interior de São Paulo - constituíam um elo - chave nas correntes de transmissão estabelecidas entre as áreas de origem e os lugares de chegada dos migrantes da Bacia do Paraguaçu, jogando um papel importante no processo de reprodução da emigração no nível prático e simbólico, que consiste na produção social de expectativas favoráveis à emigração entre os que permaneceram.

Assim que, segundo uma descrição de Simões (1977), os migrantes retornados "transmitem, na maioria das vezes, uma impressão de prosperidade que se reflete no vestuário e nos acessórios que ostentam, atuando no sentido de cumprir o seu desejo de demonstrar aos que permaneceram na área o 'ter vencido na vida' ... Por outro lado, sabe-se que notícias de dificuldades assim como o fracasso de modo geral são omitidos, seja para não preocupar os parentes, seja por motivos de orgulho pessoal" (idem, pp. 141-2). Com a veiculação contínua de informações pelos retornados acerca das oportunidades existentes nos mercados de trabalho distantes, os compo-

nentes dos grupos sociais seriam transformados em emigrantes potenciais, cuja expectativa de “melhoria de vida” ali se concentra (idem).

Por outro lado, o interesse despertado pelas partidas e retornos dos parentes e conhecidos - veiculando informações sobre o Sul - era proporcional aos problemas de sobrevivência dos agricultores sem terra como Seu M., que se voltou para a emigração porque acreditou que esta oferecia perspectivas de vida diferentes das atividades agrícolas como meeiro ou arrendatário.

O informante antes de sair para uma usina de cana do interior de São Paulo - a exemplo de muitos agricultores da Bacia que preferiam o campo às cidades do Sudeste - tinha passado pelas diversas situações que se apresentavam para os homens de sua condição, que não possuíam terra. Seu M. foi agregado de fazenda até atingir a maioria, trabalhou de vaqueiro, negociante de feira e meeiro, conforme um princípio ou regra que recomenda a diversificação das atividades, como um meio de sobreviver e tentar melhorar de vida.

Apesar de Seu M. ter trabalhado na ameia quando solteiro, este trabalho só se tornou uma atividade central para ele a partir do momento em que constituiu família (mulher e dois filhos), pois era preciso contar com os rendimentos de uma coisa mais certa do que os biscates que fazia, para alimentar a família. O informante passou a recorrer à ameia no já conhecido contexto da expansão dessa relação social no final dos anos 50, na Mata de Andaraí, mas logo abandonou a parceria pelo emprego de trabalhador assalariado em São Paulo.

Na avaliação que faz da sua saída, Seu M. explica as suas motivações para deixar a Bacia e esclarece as perspectivas que via na prática de trabalho de ameia na região:

“P. - Qual a idéia que o Sr. tinha ao sair daqui e ir para uma outra região como São Paulo?”

M. - A idéia que eu tinha naquela época era ir ver lá como era. Por aqui a situação a gente já conhecia, né? Era trabalhar de ameia, essa coisa toda e... quem tem valor é quem tem, quando não tem não tem mesmo. Vamos ver lá fora, e a gente vai naquela ilusão que lá é São Paulo, que lá a gente vai aprender qualquer coisa, a gente vai ver coisas diferentes como de fato se vê”.

Este trecho do depoimento de Seu M. sintetiza as expectativas que pessoas como ele desenvolveram sobre o mundo “lá fora” - o mercado de trabalho do Sudeste -, bem como revela um desinteresse ou desinvestimento na continuação da prática da parceria. O trabalho de ameia não permite ao agricultor ter acesso àqueles itens que

fazem parte do consumo socialmente necessário, e por isso mesmo não assegura a valorização do meeiro - “quem tem valor é quem tem, quando não tem não tem mesmo”. O desencantamento com o sistema social da parceria faz com que o agricultor pense São Paulo como um lugar que oferece possibilidades alternativas ou coisas diferentes das que estava acostumado na Bacia.

A percepção do meeiro como uma condição desvalorizada fica mais evidente em outra parte do relato de Seu M., quando ele, comentando o processo de abandono da agricultura, declara que:

“quem está trabalhando mesmo no duro não tá tendo valor... trabalha a morrer e só anda pisado; então ninguém quer ficar mais na roça. Começou a enxergar que não vai ficar na roça, trabalhando para não ter valor, para não comer; então ele vai... ele começa a sair para procurar um outro meio. Qual o meio que ele encontra? Um emprego pra viver, sendo pisado do mesmo jeito, mas pelo menos dá para ele lamber, dá para ele ajeitar”.

Se o agricultor percebe o trabalho como uma atividade sem valor, isso acontece pelo aparecimento de uma consciência aguda de que esta atividade não é compensadora, porquanto não pode assegurar condições mínimas de existência, como a alimentação. Além da privação material que caracteriza a vida do agricultor, o relato de Seu M. assinala a privação moral ou a falta de direitos dos que vivem da ameia, como um motivo para sair da região ou abandonar a agricultura. Privação material e privação moral são vistas como aspectos indissociáveis da vida do meeiro, que não podem ser equacionados separadamente.

Embora a avaliação feita por Seu M. da parceria coincida com os termos das críticas formuladas por outros agricultores vinculados a este sistema, as referências que o informante faz às possibilidades vislumbradas de emprego no mercado do Sudeste contribuem para recontextualizar e dar um novo significado ao teor dessa insatisfação histórica com a ameia. O conhecimento das situações no mercado de trabalho distante fez com que as relações de parceria passassem a ser visualizadas sob uma nova ótica: a ótica dos trabalhadores que têm um emprego remunerado e direitos trabalhistas reconhecidos (Garcia Jr., 1990). A comparação com o modo de vidas das classes trabalhadoras urbanas se introduziu no universo dos meeiros, fazendo com que eles se percebessem como parte integrante de um mercado de trabalho, onde as estratégias de valorização (ou desvalorização) e de exploração dependem das condições de inserção dos grupos sociais (Combessie, 1982).

Tais representações, que começaram a ser difundidas pelos agricultores que saíam ou che-

gavam do Sudeste, produziram rupturas nas crenças dos agricultores de que: 1) a ameia era o destino inelutável dos agricultores sem terra; e 2) a resolução dos fatores de compressão das condições de vida teria que se dar nas áreas rurais, através da disposição de trabalho e auto-exploração. Com isso, o Sudeste se incorporou decisivamente ao mapa de deslocamentos dos indivíduos e famílias, como um conjunto de possibilidades que permitiam defender as "suas condições de inserção social na produção, embora possa(m) se pôr, para outros, como meios de realização de um processo de mobilidade social vertical" (Alves de Souza, op. cit., p. 13).

UMA PALAVRA FINAL

As partidas para São Paulo e Paraná trouxeram, assim, um quadro novo para as relações sociais na agricultura. Os meeiros, ao se deslocarem em massa no início dos anos 60 para o Sudeste, desertavam da parceria, antecipando-se à crise e à substituição desta relação - pelo menos no âmbito das grandes e médias propriedades - por novas modalidades de relações de trabalho como a contratação de diaristas, que implicam a extinção das roças de ameia e uma maior pauperização dos agricultores que delas viviam. Se a dinâmica do sistema de criação de gado e policultura reproduzia a mobilidade da mão-de-obra, as situações criadas em várias áreas do Nordeste, pela reivindicação e regularização dos direitos trabalhistas (Sigaud, 1979), vieram acelerar a expulsão de meeiros e rendeiros das fazendas da Bacia, modificando o caráter e as for-

mas de mobilidade dos agricultores.

Embora não se conheça a forma como os meeiros atuaram concretamente no plano das reivindicações dos direitos trabalhistas neste período - quando inexistia a Comissão Pastoral da Terra da Bacia do Paraguaçu -, há fortes indícios de que as expulsões ocorriam sem encontrar maior resistência dos agricultores. Contudo, pode se levantar a suposição de que a insatisfação dos agricultores com a ameia desempenhou algum papel ativo, pelo menos ao nível da micropolítica das fazendas, nas formas concretas assumidas pela crise do sistema de parceria.

Por conta desses conflitos, a ameia acabou nas propriedades maiores, mas permaneceu nas pequenas propriedades da Bacia do Paraguaçu como um recurso utilizado pelos pequenos proprietários para: 1) enfrentar a incerteza da atividade agrícola; 2) repartir os custos e os riscos da produção; e 3) diminuir ou evitar os gastos de contratação de trabalho assalariado. Para os meeiros, por sua vez, a ameia praticada na pequena roça de um parente ou conhecido constitui uma das poucas formas de sobrevivência no mercado de trabalho agrícola, dado que "livra de comprar" uma parte do consumo socialmente necessário, podendo ser conjugada com o trabalho de diarista e o negócio. π medida que a retração da parceria não foi sendo seguida pela criação de efetivas oportunidades de emprego para a população rural, a ameia passou a ser recriada no interior da economia das roças como um recurso que pode ser combinado com as mais diversas estratégias, inclusive a migração temporária para os mercados de trabalho próximos e distantes. Mas essa é outra história...

BIBLIOGRAFIA

- ALVES DE SOUZA, G. *Proletário e Migrante: Livre para a Subordinação*. Salvador, 1985 (mimeo.).
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1987.
- COMBESSIE, J. C. "Marché du Travail et Dynamique des Valeurs", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 41, 1982, pp. 73-85.
- GARCIA JR., A. *O Sul: Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora UnB/MCT-CNPq, 1990.
- HENFREY, C. "The State and the Peasant Movement: the Dynamics of the Agrarian Question in the Paraguaçu Vale, Bahia", in *XI Encontro da ANPOCS*, São Paulo, 1987 (mimeo.).
- IVO, A. B. L. "Avanço do Capitalismo e Reprodução da Força de Trabalho na Agricultura". *População, Educação, Emprego*, CRH-UFBA, 1982.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- PALMEIRA, M. "Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na Plantação Tradicional", in *Congrès International des Américanistes*, Paris, 1976.
- SAYAD, A. "Les Trois Ages de l'Emigration Algerienne en France", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 15, 1977, pp. 59-75.
- SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- SIMÕES, L. *Estrutura Etária e Mudança Social em Mucugê: Um Teste de Eidética Sociológica*. Salvador, 1977 (mimeo.).
- WANDERLEY, M. N. B. *O Camponês: Um Trabalhador para o Capital*. 1980 (mimeo.).
- WILKINSON, J. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo, Hucitec; Salvador, Cepa, 1985.